

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS ÉTICOS E PEDAGÓGICOS PARA A HUMANIZAÇÃO SOCIAL

ARTIFICIAL INTELLIGENCE, EDUCATION, AND ETHNIC-RACIAL RELATIONS:
ETHICAL AND PEDAGOGICAL CHALLENGES FOR SOCIAL HUMANIZATION

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 22/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/787017507](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/787017507)

Maria Aparecida Pereira Laura¹

Ana Maria Leite Ferreira²

Noberto Ribeiro dos Santos³

Sulanita Silva de Almeida⁴

Amarilda dos Santos Marinho⁵

Geovane Nicácio⁶

Cidinéia Maria Marques Tavares Formação⁷

Francinubia de Lima Santos⁸

Ana Silia Silva de Almeida⁹

Francinei Almeida Costa¹⁰

Kalynne Pantoja Veras¹¹

Beatriz Lima da Silva¹²

Ana Lúcia de Jesus Rodrigues¹³

Ivaldo da silva sousa¹⁴

RESUMO

A presença crescente da Inteligência Artificial no ambiente educacional tem ampliado as discussões sobre seus efeitos na formação humana, na produção do conhecimento e nas relações sociais. Neste estudo, busca-se refletir sobre as relações entre Inteligência Artificial, educação e questões étnico-raciais, considerando os desafios éticos e pedagógicos envolvidos no uso dessas tecnologias. Parte-se do entendimento de que os sistemas de Inteligência Artificial não atuam de forma neutra, pois podem reproduzir desigualdades históricas já existentes na sociedade e influenciar práticas educacionais. Ao mesmo tempo, essas ferramentas também apresentam possibilidades importantes, como a ampliação do acesso à informação, o apoio aos processos de ensino e aprendizagem e o fortalecimento da valorização da diversidade cultural. Dessa forma, a análise aponta para a necessidade de um uso crítico, consciente e socialmente responsável da Inteligência Artificial, favorecendo práticas educativas comprometidas com a inclusão, a equidade racial e a construção de relações sociais mais humanas.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Educação; Relações Étnico-Raciais; Humanização Social; Ética.

ABSTRACT

The growing presence of Artificial Intelligence in educational environments has intensified discussions about its effects on human development, knowledge production, and social relations. This study seeks to reflect on the connections between Artificial Intelligence, education, and ethnic-racial issues, considering the ethical and pedagogical challenges involved in the use of these technologies. The study is based on the understanding that Artificial Intelligence systems do not operate in a neutral manner, since they

may reproduce historical inequalities already present in society and influence educational practices. At the same time, these tools also offer important possibilities, such as expanding access to information, supporting teaching and learning processes, and strengthening the appreciation of cultural diversity. In this sense, the analysis highlights the need for a critical, conscious, and socially responsible use of Artificial Intelligence, promoting educational practices committed to inclusion, racial equity, and the development of more humane social relations.

Keywords: Artificial Intelligence; Education; Ethnic-Racial Relations; Social Humanization; Ethics.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o desenvolvimento tecnológico tem alterado profundamente as formas de interação social, circulação de informações e construção do conhecimento. Nesse cenário, a Inteligência Artificial ganhou espaço em diferentes áreas da sociedade, com destaque para o campo educacional. Recursos baseados em IA vêm sendo utilizados em atividades pedagógicas, métodos de avaliação e elaboração de conteúdos, oferecendo novas possibilidades para o ensino e a aprendizagem. Apesar dos benefícios apresentados por essas tecnologias, sua presença no ambiente educacional também levanta debates importantes. Questões relacionadas à ética, aos impactos sociais e às influências culturais do uso da Inteligência Artificial têm se tornado cada vez mais presentes nas discussões sobre educação e formação humana.

No contexto educacional brasileiro, a discussão sobre a utilização da Inteligência Artificial ganha contornos ainda mais complexos quando relacionada às relações étnico-raciais. Considerando a

diversidade que caracteriza a sociedade brasileira e os desafios históricos decorrentes do racismo estrutural, torna-se necessário refletir sobre como os sistemas inteligentes podem reproduzir, reforçar ou até mesmo ampliar desigualdades já existentes. Algoritmos desenvolvidos a partir de bases de dados marcadas por assimetrias sociais podem reproduzir estereótipos, invisibilizar determinados grupos e comprometer a construção de práticas educativas comprometidas com a equidade e a valorização das diferenças.

Este estudo concentra-se na relação entre Inteligência Artificial, educação e questões étnico-raciais, procurando discutir os desafios éticos e pedagógicos presentes na inserção dessas tecnologias nos processos educativos. A pesquisa parte da seguinte reflexão: de que forma a Inteligência Artificial pode ser utilizada na educação para fortalecer a humanização das relações sociais e contribuir para a promoção da equidade racial, evitando a reprodução de práticas discriminatórias e de exclusões historicamente presentes na sociedade?

A partir desse problema, o objetivo do estudo é discutir os desafios éticos e pedagógicos presentes na utilização da Inteligência Artificial no contexto educacional, com ênfase nas relações étnico-raciais e na construção de práticas voltadas para a humanização social. Busca-se, ainda, analisar os limites e as potencialidades dessas tecnologias para a promoção de uma educação comprometida com os princípios da diversidade, da inclusão e da justiça social.

A importância deste trabalho está relacionada à necessidade de aprofundar as discussões sobre o uso consciente da Inteligência Artificial diante do avanço das tecnologias digitais no campo

educacional. O estudo também dialoga com propostas educacionais voltadas para o reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, especialmente as orientações presentes na Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas.

Nesse contexto, refletir sobre as relações entre tecnologia, educação e questões étnico-raciais possibilita pensar novos caminhos para a atuação da escola. Mais do que acompanhar transformações tecnológicas, a educação precisa contribuir para a formação de sujeitos críticos e socialmente conscientes, capazes de atuar na construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e humana.

A expansão da Inteligência Artificial representa, portanto, mais do que uma mudança de natureza exclusivamente tecnológica. Trata-se de uma transformação que interfere nas formas pelas quais os sujeitos acessam informações, produzem conhecimento, estabelecem relações e interpretam a realidade. Na educação, essa transformação adquire uma dimensão particularmente significativa, uma vez que a escola não é apenas um espaço destinado à transmissão de conteúdos. Ela constitui também um território de formação de valores, construção de identidades, desenvolvimento da autonomia e exercício da cidadania. Por essa razão, qualquer tecnologia incorporada ao cotidiano escolar precisa ser analisada não somente pela sua eficiência, mas também pelos efeitos que produz sobre os sujeitos e sobre as relações sociais.

A utilização de ferramentas de Inteligência Artificial pode contribuir para ampliar o acesso a determinados recursos educacionais, apoiar professores na elaboração de atividades, favorecer processos de

personalização da aprendizagem e auxiliar estudantes em diferentes etapas de seus percursos formativos. Entretanto, a adoção dessas ferramentas não ocorre em um espaço social neutro. As tecnologias são produzidas em contextos históricos específicos e refletem, em diferentes graus, as características, os valores, as prioridades e as limitações das sociedades nas quais são desenvolvidas. Assim, pensar a Inteligência Artificial como instrumento educacional exige compreender que seus resultados podem carregar marcas das estruturas sociais existentes.

Essa questão torna-se especialmente relevante quando se observam as relações étnico-raciais. A sociedade brasileira foi historicamente constituída por processos de escravização, colonização, desigualdade, exclusão e resistência. As consequências desses processos permanecem presentes em diferentes dimensões da vida social, inclusive na educação, no acesso aos bens culturais, na representação dos grupos sociais e nas oportunidades de participação. O racismo não se manifesta somente em comportamentos individuais explícitos. Ele também pode estar presente em instituições, práticas, discursos, currículos, processos de seleção, mecanismos de reconhecimento e formas de produção e circulação do conhecimento.

Nesse sentido, a Inteligência Artificial não deve ser compreendida como uma entidade independente das relações sociais. Os sistemas algorítmicos são desenvolvidos por pessoas, instituições e empresas, utilizando dados produzidos em determinados contextos históricos e culturais. Quando esses dados apresentam desigualdades ou representações distorcidas, existe a possibilidade de que os sistemas reproduzam parte desses padrões. O problema não está necessariamente na tecnologia em si, mas nas condições sociais,

econômicas, culturais e políticas que participam de sua criação, treinamento, aplicação e avaliação.

No campo educacional, esse fenômeno pode assumir diferentes formas. Um sistema de Inteligência Artificial utilizado para produzir textos, imagens ou materiais pedagógicos, por exemplo, pode apresentar representações estereotipadas de pessoas negras, indígenas ou pertencentes a outros grupos historicamente subalternizados. Também pode privilegiar determinadas referências culturais em detrimento de outras, reproduzindo uma visão limitada da história e da sociedade. Em situações como essas, a tecnologia pode contribuir involuntariamente para a manutenção de uma perspectiva educacional pouco plural.

Esse aspecto exige que professores e estudantes desenvolvam competências críticas para lidar com os conteúdos produzidos por sistemas de IA. A resposta pedagógica não pode ser simplesmente rejeitar a tecnologia, assim como também não deve consistir em adotá-la de maneira acrítica. Entre esses dois extremos existe a necessidade de construir uma relação educativa consciente, na qual a Inteligência Artificial seja compreendida como ferramenta e não como autoridade absoluta sobre o conhecimento. O professor continua desempenhando papel fundamental na seleção, contextualização, problematização e validação das informações utilizadas no processo de ensino e aprendizagem.

Essa perspectiva está diretamente relacionada ao princípio da autonomia intelectual. Uma educação comprometida com a formação humana não pode estimular estudantes a aceitar automaticamente respostas produzidas por sistemas tecnológicos. Ao contrário, deve desenvolver a capacidade de perguntar,

comparar, verificar fontes, identificar contradições, reconhecer preconceitos e compreender que toda produção de conhecimento está inserida em determinados contextos. No caso das relações étnico-raciais, essa postura crítica é ainda mais necessária, pois permite identificar quando determinadas narrativas históricas ou culturais reproduzem silenciamentos e hierarquizações.

A presença da Inteligência Artificial também suscita uma discussão importante sobre a autoria e a produção do conhecimento. Quando estudantes utilizam ferramentas automatizadas para elaborar textos, responder atividades ou produzir trabalhos acadêmicos, surge o desafio de preservar o caráter formativo da aprendizagem. O uso da tecnologia pode facilitar determinadas tarefas, mas não substitui a experiência de leitura, reflexão, argumentação e elaboração própria. A escola precisa, portanto, desenvolver critérios que permitam diferenciar o uso pedagógico da tecnologia de práticas que simplesmente transferem para os sistemas automatizados responsabilidades que deveriam permanecer relacionadas ao processo intelectual do estudante.

Essa discussão também alcança o trabalho docente. A introdução de ferramentas de IA pode provocar expectativas de maior produtividade, redução de tempo e automatização de determinadas atividades. Entretanto, existe o risco de interpretar a educação apenas a partir de critérios de eficiência. Ensinar envolve dimensões que não podem ser reduzidas à produção automática de respostas: escuta, diálogo, afetividade, percepção das necessidades dos estudantes, compreensão das diferenças culturais e construção de vínculos. A humanização do processo educativo depende de relações concretas entre pessoas e não pode ser integralmente substituída por sistemas computacionais.

Nesse aspecto, torna-se necessário diferenciar automação de humanização. Uma tecnologia pode automatizar procedimentos, organizar informações e oferecer respostas rapidamente, mas isso não significa que produza, por si mesma, relações humanas mais justas. A humanização depende de escolhas éticas e políticas realizadas pelos sujeitos que utilizam a tecnologia. Uma ferramenta de IA pode ser utilizada para ampliar oportunidades de aprendizagem, favorecer o reconhecimento de diferentes culturas e apoiar práticas inclusivas. Contudo, também pode ser utilizada para reproduzir preconceitos, reforçar padrões excludentes ou substituir experiências educativas fundamentais.

A educação das relações étnico-raciais apresenta, nesse cenário, uma contribuição decisiva. A implementação das políticas educacionais relacionadas à valorização da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana exige que os recursos pedagógicos utilizados nas escolas sejam analisados à luz da diversidade cultural e da luta contra o racismo. A Lei nº 10.639/2003 representa um marco importante nesse processo, pois estabelece a obrigatoriedade do ensino de conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Sua existência evidencia que a educação brasileira precisa reconhecer a contribuição da população negra para a formação do país e enfrentar processos históricos de invisibilização.

A utilização de Inteligência Artificial pode, nesse sentido, representar uma possibilidade de ampliação de recursos pedagógicos relacionados à educação das relações étnico-raciais, desde que seja realizada de maneira crítica. Ferramentas digitais podem auxiliar na pesquisa de documentos, organização de informações, elaboração de propostas didáticas e produção de materiais que apresentem diferentes perspectivas históricas e culturais. Entretanto, tais

recursos não devem ser considerados suficientes por si mesmos. É necessário verificar a qualidade das informações, observar as representações construídas e confrontar os conteúdos produzidos com conhecimentos acadêmicos, históricos e culturais devidamente fundamentados.

Uma das questões centrais está justamente na representação. Quem aparece nos conteúdos produzidos por determinada tecnologia? Como as pessoas negras são representadas? Quais personagens históricos recebem destaque? Quais conhecimentos são considerados legítimos? Quais culturas são apresentadas como referências? Quais grupos permanecem ausentes? Essas perguntas precisam fazer parte da análise pedagógica da Inteligência Artificial. A tecnologia não deve apenas produzir conteúdos mais rapidamente; ela precisa ser submetida a uma avaliação crítica acerca das imagens de sociedade que ajuda a reproduzir.

A dimensão da representatividade possui impacto direto sobre a formação das identidades. Crianças, adolescentes e jovens constroem parte de suas percepções sobre si mesmos a partir das imagens, narrativas e referências presentes nos espaços educativos e culturais. Quando determinados grupos aparecem predominantemente de maneira negativa, estereotipada ou invisibilizada, isso pode afetar a maneira como os sujeitos compreendem sua própria identidade e a identidade dos outros. Por outro lado, quando diferentes trajetórias, culturas, intelectuais, artistas, cientistas e lideranças são reconhecidos, amplia-se o repertório de possibilidades para a construção de identidades positivas e socialmente valorizadas.

Nesse ponto, a discussão sobre Inteligência Artificial aproxima-se diretamente da discussão sobre currículo. O currículo não constitui apenas uma lista de conteúdos. Ele também envolve escolhas sobre aquilo que deve ser ensinado, quais conhecimentos devem receber visibilidade e quais perspectivas são consideradas relevantes. Se sistemas de IA forem utilizados para auxiliar na construção de currículos, planos de aula ou materiais didáticos, será necessário questionar quais referências estão orientando suas respostas. Uma tecnologia treinada predominantemente a partir de conteúdos que reproduzem determinadas hegemonias culturais poderá oferecer resultados limitados para uma educação verdadeiramente plural.

Por essa razão, a competência digital dos profissionais da educação precisa estar articulada à competência crítica e à formação para as relações étnico-raciais. Não basta saber operar uma ferramenta. É necessário compreender seus limites, suas possibilidades e os impactos de sua utilização. O professor precisa estar preparado para identificar vieses, questionar resultados e propor alternativas. Da mesma forma, os estudantes precisam ser formados para utilizar a tecnologia de maneira responsável, ética e consciente.

Outro aspecto relevante diz respeito ao acesso desigual às tecnologias. A discussão sobre Inteligência Artificial não pode ignorar as condições materiais nas quais os estudantes vivem e estudam. Enquanto determinados grupos possuem acesso a equipamentos, internet de qualidade, ambientes adequados e diferentes recursos digitais, outros enfrentam dificuldades relacionadas à conectividade e à infraestrutura. Dessa maneira, a expansão da IA pode tanto contribuir para democratizar oportunidades quanto aprofundar desigualdades já existentes,

dependendo das políticas de acesso e das condições concretas de utilização.

A desigualdade digital também possui dimensão territorial e socioeconômica. Escolas localizadas em regiões com infraestrutura limitada podem encontrar obstáculos para incorporar tecnologias que exigem conexão estável e equipamentos adequados. Em comunidades rurais, ribeirinhas e quilombolas, por exemplo, a discussão sobre inovação tecnológica precisa considerar as especificidades locais. A inserção de Inteligência Artificial nesses contextos não deve significar a substituição dos conhecimentos comunitários por modelos externos de conhecimento. Ao contrário, a tecnologia pode ser utilizada como instrumento para registrar, valorizar e ampliar a circulação de saberes locais, desde que respeite os direitos culturais e os modos próprios de produção do conhecimento.

Essa questão permite compreender que a relação entre Inteligência Artificial e educação não deve ser construída a partir de uma lógica de homogeneização. A diversidade cultural brasileira constitui uma riqueza que precisa estar presente nos processos tecnológicos e pedagógicos. Os saberes produzidos por comunidades negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e por outros grupos sociais não devem ser tratados como elementos periféricos. Eles fazem parte da história e da formação cultural do país e podem contribuir para uma compreensão mais ampla da realidade.

A humanização social, nesse contexto, pressupõe reconhecer o outro em sua dignidade, história, cultura e singularidade. Uma educação humanizadora não pode aceitar tecnologias que naturalizem hierarquias entre pessoas ou culturas. A utilização da Inteligência

Artificial deve estar subordinada a princípios que valorizem a dignidade humana, a igualdade de direitos, a diversidade e a justiça social. Isso significa compreender que o desenvolvimento tecnológico precisa estar acompanhado de desenvolvimento ético.

A dimensão ética, portanto, ocupa posição central neste debate. Questões relacionadas à privacidade, à proteção de dados, à transparência dos sistemas, à responsabilidade pelas informações produzidas e à possibilidade de discriminação algorítmica precisam ser consideradas no ambiente escolar. A escola não pode tratar essas questões como problemas exclusivamente técnicos. Elas envolvem direitos, relações de poder e responsabilidades sociais. Formar estudantes para o século XXI significa também prepará-los para compreender os efeitos sociais das tecnologias que utilizam.

A ética no uso da Inteligência Artificial também implica reconhecer que nem todas as respostas produzidas por um sistema são necessariamente corretas, adequadas ou socialmente justas. Um conteúdo pode apresentar uma linguagem aparentemente neutra e, ainda assim, reproduzir preconceitos presentes nos dados utilizados para seu treinamento. Por isso, a avaliação crítica precisa considerar não somente a forma da resposta, mas também suas implicações e os pressupostos que a sustentam.

No campo das relações étnico-raciais, esse cuidado é fundamental. A linguagem é um dos espaços nos quais preconceitos podem ser reproduzidos e naturalizados. Termos, descrições, imagens e narrativas podem reforçar associações negativas ou apresentar determinados grupos sociais de maneira limitada. O uso pedagógico da IA deve, portanto, estimular a análise dessas representações e

transformar possíveis problemas em oportunidades de aprendizagem crítica.

Nesse sentido, a Inteligência Artificial pode ser incorporada às práticas educativas não apenas como instrumento de produção, mas também como objeto de investigação. Professores podem propor atividades nas quais estudantes analisem respostas produzidas por sistemas de IA, identifiquem ausências, comparem diferentes perspectivas e investiguem possíveis estereótipos. Essa abordagem desloca o estudante de uma posição passiva para uma posição investigativa. A tecnologia deixa de ser apenas uma ferramenta para fornecer respostas e passa a constituir um objeto de reflexão sobre conhecimento, sociedade e poder.

Essa perspectiva pode contribuir para uma educação midiática e digital mais consistente. Os estudantes precisam compreender que algoritmos não são neutros e que os resultados apresentados pelas tecnologias dependem de diferentes fatores. Aprender a utilizar Inteligência Artificial deve significar também aprender a questioná-la. A competência tecnológica, quando associada ao pensamento crítico, pode favorecer sujeitos mais autônomos e preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade marcada pela crescente presença de sistemas automatizados.

A relação entre IA e relações étnico-raciais também exige ampliar a participação de diferentes grupos na produção tecnológica. A diversidade entre pesquisadores, desenvolvedores, educadores e usuários pode contribuir para que diferentes experiências sociais sejam consideradas na criação e avaliação dos sistemas. A democratização da tecnologia não se limita ao acesso aos produtos finais. Ela também envolve a possibilidade de participar dos

processos de criação, decisão e definição dos critérios que orientam essas ferramentas.

Nesse sentido, discutir Inteligência Artificial na educação significa discutir também poder. Quem desenvolve as tecnologias? Quem define os critérios utilizados? Quem controla os dados? Quem se beneficia economicamente de sua expansão? Quem pode ser prejudicado? Quais conhecimentos são incorporados aos sistemas e quais permanecem ausentes? Essas perguntas são fundamentais para que a inovação tecnológica não seja compreendida como processo inevitável e neutro, mas como fenômeno social que pode e deve ser submetido ao debate público.

A escola possui papel estratégico nessa discussão porque constitui um dos principais espaços de formação para a cidadania. Seu compromisso não deve ser apenas preparar estudantes para utilizar ferramentas tecnológicas no mercado de trabalho. É necessário prepará-los para compreender criticamente a sociedade em que vivem e participar de sua transformação. A alfabetização digital, portanto, precisa caminhar junto à formação ética, política, cultural e humanística.

A partir dessa compreensão, a Inteligência Artificial pode ser incorporada à educação dentro de uma perspectiva que articule inovação e responsabilidade. Isso exige políticas institucionais, formação continuada de professores, desenvolvimento de critérios de uso, acompanhamento das práticas e valorização do diálogo. Também exige que as instituições educacionais não deleguem às ferramentas tecnológicas decisões que envolvam aspectos profundamente humanos, especialmente aquelas relacionadas à

avaliação, às trajetórias individuais dos estudantes e às situações que exigem compreensão de contextos sociais específicos.

A humanização social, nesse cenário, não significa negar a tecnologia, mas colocá-la a serviço da vida humana. O desafio não consiste em escolher entre tecnologia e humanidade, mas em construir formas de utilização tecnológica que fortaleçam a humanidade. Para isso, torna-se necessário deslocar o centro do debate: a pergunta não deve ser apenas o que a Inteligência Artificial consegue fazer, mas o que ela deve fazer, para quem, em quais condições e com quais consequências.

Esse deslocamento é particularmente importante quando se considera a educação das relações étnico-raciais. Uma tecnologia educacional socialmente responsável precisa contribuir para ampliar vozes, reconhecer histórias, combater estereótipos e favorecer a construção de ambientes de aprendizagem nos quais diferentes sujeitos possam se reconhecer e ser respeitados. Caso contrário, corre-se o risco de utilizar tecnologias avançadas para reproduzir problemas antigos.

A discussão proposta neste estudo parte, portanto, da compreensão de que inovação tecnológica e justiça social precisam caminhar conjuntamente. A Inteligência Artificial apresenta possibilidades relevantes para a educação, mas essas possibilidades somente poderão contribuir efetivamente para a formação humana quando acompanhadas de reflexão crítica sobre seus limites e responsabilidades. A questão central não está apenas na capacidade técnica dos sistemas, mas na maneira como a sociedade escolhe utilizá-los.

Dessa forma, o debate sobre Inteligência Artificial, educação e relações étnico-raciais ultrapassa os limites da discussão tecnológica. Trata-se de uma questão educacional, cultural, política e ética. Envolve o direito à educação de qualidade, o reconhecimento da diversidade, o combate ao racismo, a valorização das identidades e a construção de relações sociais baseadas na dignidade e no respeito. A escola, como espaço privilegiado de formação humana, precisa participar ativamente desse debate.

Ao considerar esse conjunto de questões, o presente estudo busca contribuir para uma compreensão mais ampla dos desafios relacionados à presença da Inteligência Artificial no campo educacional. Não se pretende defender uma visão exclusivamente otimista ou pessimista sobre essas tecnologias, mas analisar suas possibilidades e seus limites a partir de uma perspectiva comprometida com a educação humanizadora. A tecnologia pode ampliar capacidades humanas, mas sua contribuição social depende das finalidades que orientam sua utilização.

Nesse sentido, pensar uma Inteligência Artificial comprometida com a educação e com a equidade racial significa defender práticas que valorizem a diversidade, estimulem o pensamento crítico e reconheçam a centralidade dos sujeitos no processo educativo. Significa também compreender que a construção de uma sociedade mais justa não será resultado automático do avanço tecnológico. Ela dependerá das escolhas humanas, das políticas públicas, das práticas educativas e da capacidade coletiva de orientar a inovação para a promoção da dignidade e dos direitos.

Assim, a discussão desenvolvida neste artigo procura estabelecer uma aproximação entre três dimensões que não podem ser

analisadas isoladamente: a transformação tecnológica provocada pela Inteligência Artificial, a função social da educação e os desafios históricos das relações étnico-raciais. A articulação dessas dimensões permite compreender que o futuro da educação digital precisa ser construído com responsabilidade, criticidade e compromisso social.

Por fim, sustenta-se que a humanização social deve permanecer como horizonte orientador da incorporação da Inteligência Artificial à educação. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, não basta desenvolver tecnologias cada vez mais sofisticadas; é necessário garantir que essas tecnologias contribuam para ampliar direitos, combater exclusões e reconhecer a pluralidade humana. A educação, nesse processo, possui a responsabilidade de formar sujeitos capazes não apenas de utilizar as novas tecnologias, mas de questioná-las, transformá-las e colocá-las a serviço de uma sociedade democrática, inclusiva e racialmente justa.

2. METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, fundamentada na revisão de literatura sobre as relações entre Inteligência Artificial, educação e relações étnico-raciais, a escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender as contribuições teóricas e as discussões contemporâneas acerca dos desafios éticos e pedagógicos decorrentes da incorporação das tecnologias inteligentes nos processos educacionais.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, uma vez que busca ampliar a compreensão sobre o tema

e analisar conceitos, perspectivas e reflexões presentes na produção acadêmica recente, o levantamento bibliográfico foi realizado em livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos oficiais e legislações relacionadas à educação, à Inteligência Artificial e às relações étnico-raciais, com destaque para estudos publicados em bases de dados nacionais de reconhecida relevância científica.

A seleção do material considerou critérios de pertinência temática, atualidade das publicações e contribuição para a discussão proposta, foram priorizados trabalhos que abordam os impactos da Inteligência Artificial no contexto educacional, os debates sobre ética digital, os vieses algorítmicos e as políticas de promoção da equidade racial na educação, incluindo produções relacionadas à implementação da Lei nº 10.639/2003.

Os dados foram organizados e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo temática, permitindo a identificação de categorias e eixos de discussão recorrentes na literatura consultada, a partir desse procedimento, foram estabelecidas relações entre os diferentes referenciais teóricos, possibilitando a construção de uma reflexão crítica sobre os desafios e as potencialidades da Inteligência Artificial para a promoção de práticas educativas comprometidas com a diversidade, a inclusão e a humanização social.

Por se tratar de uma pesquisa baseada exclusivamente em fontes bibliográficas de acesso público, não houve participação direta de seres humanos nem coleta de dados em campo, dispensando, portanto, submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, ainda assim, foram observados os princípios éticos que regem a produção científica, assegurando a correta citação dos autores consultados e o respeito à propriedade intelectual das obras utilizadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. O Racismo Algorítmico e a Necroalgoritmização: A Reatualização das Exclusões Estruturais na Era Digital

A introdução de tecnologias avançadas no cotidiano acadêmico é frequentemente celebrada como o advento da Educação 5.0, uma fase que promete harmonizar o progresso técnico com o bem-estar humano e a personalização do ensino (Fúnes Flores, 2026), no entanto, no cenário brasileiro, essa transição não é neutra, ela ocorre em um tecido social marcado por fraturas raciais históricas que condicionam o acesso e a própria eficácia das ferramentas de Inteligência Artificial (IA), o que se apresenta como uma promessa de democratização do saber pode, na verdade, mascarar a continuidade de um projeto de exclusão que utiliza a linguagem dos códigos para se perpetuar (Santos; Siquelli, 2025).

Para compreender o racismo algorítmico, é indispensável revisitar as raízes da desigualdade no Brasil, a formação da sociedade brasileira se deu através de uma "integração perversa", na qual a população negra, mesmo após a abolição formal, foi mantida em lugares de subalternidade e privada de ferramentas materiais para competir em uma ordem social supostamente livre (Mariosa, 2019). Esse "pior ponto de partida" histórico se reatualiza hoje na exclusão digital, que não deve ser vista apenas como a falta de hardware, mas como o reflexo contemporâneo de uma cidadania negada e de uma participação social condicionada (Santos; Siquelli, 2025).

Nesse contexto, os algoritmos deixam de ser instrumentos matemáticos objetivos para se tornarem "opiniões incorporadas em matemática" (O'Neil, 2020), por serem treinados com bases de dados

históricos que já contêm os preconceitos da sociedade, esses sistemas acabam por aprender e automatizar o racismo estrutural (Silva, 2022). O racismo algorítmico manifesta-se em falhas sistemáticas de reconhecimento facial para rostos negros e em sistemas de triagem que subestimam necessidades de cuidado de grupos minorizados devido a vieses cristalizados (Santos; Siquelli, 2025). Trata-se de uma violência simbólica que se torna mais sutil por estar protegida por uma falsa aparência de neutralidade técnica.

A face mais extrema desse processo é o que se conceitua como necroalgoritmização (Araújo, 2025). Inspirado na noção de necropolítica, que descreve o poder de ditar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer (Mbembe, 2016), o conceito de necroalgoritmização descreve como algoritmos são mobilizados para desumanizar e marginalizar grupos minorizados no ambiente digital, nesse modelo, o indivíduo é reduzido a dados e perfis de risco, perdendo sua complexidade subjetiva e sendo confinado a uma espécie de "morte digital" onde sua agência social é aniquilada em favor de métricas de eficiência (Santos; Siquelli, 2025).

Na educação, esses desafios são alarmantes, a adoção acrítica da IA pode comprometer a autonomia dos estudantes e desvalorizar a mediação humana essencial ao processo de ensino-aprendizagem (Guimarães Jr. et al., 2025), existe um risco concreto de que a personalização do ensino, quando conduzida exclusivamente por algoritmos sem diretrizes éticas, elimine a diversidade de experiências e promova uma instrução padronizada que ignora a pluralidade cultural de estudantes negros e pardos (Santos; Siquelli, 2025), a substituição de práticas pedagógicas dialógicas por interações automatizadas transforma o aluno em um mero objeto

de dados em vez de um sujeito portador de perspectivas singulares de humanização (Fúnes Flores, 2026).

Apesar das diferentes formas de opressão presentes na história brasileira, também existe uma trajetória marcada pela resistência do povo negro, especialmente por meio da atuação do Movimento Negro Educador (Gomes, 2017). Com o avanço das tecnologias digitais, novas formas de enfrentamento passaram a surgir, entre elas o letramento racial digital (Medeiros, 2024).

Esse letramento contribui para que as pessoas compreendam criticamente as relações raciais presentes nas tecnologias e nos mecanismos de controle social. A partir dessa perspectiva, estudantes negros podem utilizar ferramentas de Inteligência Artificial de maneira mais consciente, criando estratégias para enfrentar dificuldades e ampliar sua participação nos espaços acadêmicos (Santos; Siquelli, 2025). Assim, o uso crítico da tecnologia torna-se essencial para fortalecer e valorizar as Africanidades Brasileiras, evitando processos de apagamento cultural e social (Xavier, 2014).

Enfrentar o racismo algorítmico requer mudanças profundas na maneira como as tecnologias são desenvolvidas e utilizadas, de modo que o avanço técnico esteja comprometido com os direitos humanos e com a justiça social (Guimarães Jr. et al., 2025). Nesse processo, torna-se fundamental fortalecer a aplicação da Lei 10.639/2003, que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ampliando essa discussão também para o campo das tecnologias digitais (Brasil, 2003).

Além disso, é importante reconhecer e analisar práticas pedagógicas que já atuam no combate ao racismo dentro das escolas. Essas experiências podem contribuir para a criação de tecnologias mais inclusivas, capazes de representar melhor a diversidade presente na sociedade e reduzir desigualdades historicamente reproduzidas (Souza, 2025).

Em última análise, a inclusão escolar no século XXI não pode prescindir da tecnologia, mas não pode ser determinada exclusivamente por ela, o futuro da Inteligência Artificial na educação depende da capacidade de construir uma integração que respeite os sujeitos e enfrente sistematicamente os códigos de exclusão do passado (Lima, 2025), somente através de uma escuta atenta às necessidades dos estudantes e do fortalecimento de práticas antirracistas será possível garantir que a revolução tecnológica sirva de fato à humanização social e ao pleno desenvolvimento de todas as humanidades (Santos; Siquelli, 2025).

Necroalgoritmização é um conceito derivado das discussões sobre **necropolítica** (Mbembe, 2018) e dos estudos críticos sobre algoritmos, refere-se a situações em que sistemas algorítmicos e tecnologias de Inteligência Artificial contribuem para a produção, manutenção ou ampliação de desigualdades que afetam a vida, a dignidade e as oportunidades de determinados grupos sociais, especialmente populações historicamente marginalizadas.

Exemplo de necroalgoritmização

Imagine um sistema de reconhecimento facial utilizado por órgãos de segurança pública para identificar suspeitos de crimes, o algoritmo foi treinado com uma base de dados composta

majoritariamente por rostos de pessoas brancas, como resultado, o sistema apresenta uma taxa de erro significativamente maior ao analisar rostos de pessoas negras.

Nessa situação, indivíduos negros podem ser abordados, investigados ou até mesmo presos injustamente devido a identificações equivocadas realizadas pela tecnologia, embora a decisão final possa envolver agentes humanos, o algoritmo contribui para reforçar práticas discriminatórias já existentes, expondo determinados grupos a maiores riscos de violência, constrangimento e exclusão social.

Sob a perspectiva da necroalgoritmização, esse tipo de tecnologia não apenas reproduz desigualdades, mas também participa de mecanismos que definem quais vidas são mais vulneráveis ao controle, à vigilância e à negação de direitos.

Outro exemplo na educação

Um sistema de IA utilizado para selecionar estudantes aptos a receber bolsas de estudo pode priorizar critérios baseados em históricos educacionais e desempenho acadêmico sem considerar desigualdades socioeconômicas e raciais, como consequência, estudantes provenientes de comunidades periféricas, quilombolas, indígenas ou de escolas com menor infraestrutura podem ter menos chances de acesso aos benefícios educacionais.

Nesse caso, a tecnologia aparentemente neutra acaba reforçando exclusões históricas, limitando oportunidades de mobilidade social e aprofundando desigualdades já existentes.

3.2. Letramento Racial Digital e Africanidades: Estratégias para a Humanização na Educação

A educação contemporânea tem vivido mudanças marcadas pela aproximação entre desenvolvimento tecnológico e formação humana, cenário frequentemente associado à chamada Educação 5.0. Essa perspectiva busca integrar recursos como a Inteligência Artificial a práticas educativas voltadas para o bem-estar social e para a garantia de direitos fundamentais (Fúnes Flores, 2026). No entanto, no contexto brasileiro, essa discussão não pode ser separada das desigualdades históricas produzidas pelo colonialismo e pelo racismo estrutural.

Por esse motivo, a tecnologia precisa ser compreendida para além de uma ferramenta neutra, já que também participa das disputas por reconhecimento, representatividade e acesso aos espaços sociais (Santos; Siquelli, 2025). Nesse cenário, o Letramento Racial Digital e a valorização das Africanidades Brasileiras tornam-se elementos importantes para a construção de práticas pedagógicas mais humanas, críticas e inclusivas, evitando que antigas formas de exclusão sejam reproduzidas por meio das novas tecnologias.

Para pensar em estratégias de humanização, é necessário primeiro diagnosticar o problema da exclusão digital como um reflexo de processos históricos, como analisa a sociologia crítica, a população negra no Brasil foi submetida a uma "integração perversa" no pós-abolição, sendo mantida em condições de subalternidade (Mariosa, 2019). Esse fenômeno projeta-se hoje no ambiente digital, onde o acesso às ferramentas de IA e o domínio das linguagens computacionais não são distribuídos de forma equânime, criando o

que se denomina como o "pior ponto de partida" para o estudante negro (Santos; Siquelli, 2025).

Uma das consequências mais preocupantes desse cenário é a chamada necroalgoritmização, conceito utilizado para explicar como sistemas automatizados podem reforçar processos de desumanização e exclusão de grupos historicamente marginalizados (Araújo, 2025). Quando pessoas passam a ser tratadas apenas como dados, estatísticas ou perfis de risco, suas histórias, identidades e experiências acabam sendo reduzidas por decisões automatizadas.

Sem uma análise crítica das relações étnico-raciais, os algoritmos, definidos por O'Neil (2020) como "opiniões incorporadas em matemática", tendem a reproduzir desigualdades já presentes na sociedade. Nesse contexto, o racismo algorítmico se manifesta ao reforçar preconceitos estruturais, invisibilizar saberes negros e deslegitimar trajetórias de vida, muitas vezes sob a aparência de neutralidade técnica e objetividade científica (Silva, 2022).

3.3. Africanidades Brasileiras Como Referencial Humanizador

Diante dessa desumanização programada, as Africanidades Brasileiras oferecem um quadro teórico-prático capaz de refundar as bases do ensino mediado por tecnologias, entendidas como os valores civilizatórios legados pela cultura africana, essas categorias, Ancestralidade, Oralidade, Comunitarismo, Força Vital e Corporeidade, propõem modos de ser e estar no mundo que privilegiam a coletividade e o diálogo (Xavier, 2014).

Integrar a Ancestralidade ao ambiente digital significa reconhecer o saber e o testemunho dos processos de resistência, estabelecendo

um vínculo entre a identidade do ser individual e o coletivo (Xavier, 2014), na prática pedagógica, isso se traduz no uso da tecnologia para resgatar histórias silenciadas e valorizar a família como núcleo central da organização do conhecimento (Xavier, 2014), a Oralidade, por sua vez, deve ser protegida contra o achatamento textual dos algoritmos, valorizar a palavra falada e o diálogo nos "Círculos de Cultura" digitais permite que o estudante se torne autor de sua própria narrativa, promovendo uma educação como prática da liberdade (Xavier, 2014; Freire, 1967).

O valor do Comunitarismo e da Circularidade opõe-se à lógica individualista e meritocrática que muitas vezes permeia as plataformas educacionais, a prática da "roda", seja física ou virtual, aponta para o movimento e a renovação, enfatizando a cooperação em vez da competição excludente (Xavier, 2014), já a Força Vital manifesta-se na capacidade de criar e inventar táticas de contorno frente ao racismo, enquanto a Corporeidade recorda que o corpo é a sede do saber e que as marcas da trajetória afro-brasileira precisam ser celebradas, e não escondidas por filtros ou padrões estéticos normativos (Xavier, 2014; Souza, 2025).

3.4. Letramento Racial Digital e Projetos de Letramento Antirracista

O Letramento Racial Digital é a tecnologia de "despertar ancestral" necessária para navegar criticamente no século XXI (Araújo, 2025), ele capacita o sujeito a ler as entrelinhas dos códigos e a identificar os mecanismos de poder que sustentam as plataformas digitais, esse processo não é meramente técnico, mas sim um compromisso político e ético com a transformação social (Medeiros, 2024).

Uma das possibilidades para fortalecer esse letramento está na criação de Projetos de Letramento (PL) com enfoque antirracista. Essas iniciativas procuram ampliar a percepção dos estudantes sobre a negritude, estimulando reflexões sobre os impactos do racismo estrutural na sociedade e na vida cotidiana (Medeiros, 2024).

Nesse processo, práticas pedagógicas que incorporam linguagens contemporâneas e expressões culturais periféricas, como o Slam Poesia e o Rap, tornam-se importantes ferramentas de diálogo e expressão. Por meio desses gêneros discursivos, estudantes negros podem manifestar posicionamentos críticos, compartilhar experiências e utilizar recursos digitais, como redes sociais e plataformas de vídeo, para enfrentar formas históricas de invisibilização e silenciamento (Medeiros, 2024).

Além disso, a atuação do professor-designer de experiências de aprendizagem é fundamental, esse docente atua como um articulador que concebe intencionalmente o uso de materiais lúdicos, recursos audiovisuais e tecnologias para subverter a hegemonia eurocêntrica nos currículos (Souza, 2025; Martins, 2022), o objetivo é mapear práticas que já ocorrem no "chão da escola" e sistematizá-las para que a educação das relações étnico-raciais não seja um evento isolado no Dia da Consciência Negra, mas uma prática contínua e estruturante do projeto político-pedagógico (Souza, 2025; Medeiros, 2024).

3.5. Desafios Éticos e o Caminho para a Equidade

A implementação da Lei 10.639/2003 no contexto das tecnologias digitais exige o enfrentamento do racismo institucional, que se manifesta na escassez de formação docente específica e na falta de

materiais didáticos que representem a diversidade étnico-racial de forma positiva (Souza, 2025; Munanga, 2005), a Inteligência Artificial, para ser verdadeiramente inclusiva, deve ser mediada por uma pedagogia da escuta, onde a voz discente seja central na decisão sobre como e por que usar determinada tecnologia (Guimarães Jr. et al., 2025).

As instituições de ensino superior e básico devem fomentar políticas que reconheçam a profundidade histórica das desigualdades e promovam o protagonismo de pesquisadores e estudantes negros na produção de novas epistemologias digitais (Santos; Siquelli, 2025), a verdadeira humanização social na educação mediada pela IA só será possível quando a revolução tecnológica for colocada a serviço da justiça social, garantindo que o futuro digital não reescreva os códigos de exclusão do passado, mas que contribua para o pleno desenvolvimento de todas as humanidades (Santos; Siquelli, 2025; Fúnes Flores, 2026).

O Letramento Racial Digital e a valorização das Africanidades Brasileiras ultrapassam a ideia de conteúdos escolares, funcionando também como formas de resistência e afirmação de identidade. Nesse contexto, humanizar a educação em tempos de Inteligência Artificial implica reconhecer a importância das dimensões humanas do processo educativo, como o direito de errar, a afetividade e a singularidade de cada sujeito, evitando que a lógica da eficiência técnica se sobreponha às experiências humanas.

Esse movimento exige uma atuação docente comprometida eticamente, atenta às questões raciais e sensível às diferentes realidades culturais presentes na escola. A partir dessa mediação, a sala de aula, seja presencial ou virtual, pode se constituir como um

espaço de formação mais vivo e significativo, no qual a tecnologia contribua para ampliar possibilidades de aprendizagem e fortalecer processos de emancipação social e construção de uma convivência mais democrática e plural.

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender a Lei nº 10.639/03 como uma política pública educacional que ultrapassa o caráter meramente normativo, configurando-se como uma intervenção estatal voltada à transformação de uma realidade social historicamente marcada pela invisibilização da população negra no currículo escolar, ao ser examinada à luz dos referenciais das políticas públicas, evidencia-se que a referida lei apresenta fundamentos consistentes no que diz respeito à definição do problema público e à afirmação de objetivos alinhados à promoção da equidade racial no campo educacional.

Entretanto, os resultados da análise demonstram que a existência de um marco legal, por si só, não é suficiente para garantir a efetividade da política, a materialização da Lei 10.639/03 no cotidiano das escolas depende de um conjunto de fatores institucionais, pedagógicos e administrativos que envolvem desde a clareza do desenho da política até a capacidade do Estado de induzir, coordenar e acompanhar sua implementação nos diferentes sistemas de ensino, nesse sentido, a fragilidade dos mecanismos de monitoramento e a ausência de avaliações sistemáticas comprometem a consolidação da lei como política pública estruturada e sustentável.

Observou-se que os principais entraves à efetividade da Lei 10.639/03 concentram-se na fase de implementação, marcada por assimetrias federativas, limitações na formação docente, escassez de materiais didáticos adequados e elevado grau de discricionariedade na

atuação dos agentes responsáveis por sua execução, tais elementos reforçam a necessidade de compreender a política não como um dispositivo homogêneo, mas como uma ação pública que é permanentemente reinterpretada e ressignificada no nível local.

No que se refere à avaliação, constata-se que a ausência de indicadores específicos e de estratégias voltadas à mensuração de impactos dificulta a identificação dos efeitos reais da política sobre as relações étnico-raciais no ambiente escolar, a inexistência de avaliações de impacto compromete, ainda, o aprendizado institucional e a possibilidade de aprimoramento contínuo da política, limitando sua capacidade de produzir mudanças estruturais e duradouras.

O fortalecimento da Lei nº 10.639/03 como política pública voltada ao enfrentamento do racismo na educação depende de uma articulação mais consistente entre sua implementação normativa e as condições reais de funcionamento das instituições escolares. Para além da existência da lei, torna-se necessário garantir meios concretos para sua efetivação no cotidiano das redes de ensino.

Isso envolve investimentos contínuos na formação de professores, na produção e disponibilização de materiais didáticos adequados e na definição de responsabilidades entre os diferentes níveis de gestão educacional. Também se mostra fundamental a criação e o fortalecimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação capazes de verificar como a política está sendo aplicada na prática.

A partir dessa integração, a legislação pode deixar de ser apenas um dispositivo formal e se tornar uma ação pedagógica efetiva,

contribuindo para o reconhecimento da diversidade étnico-racial e para a construção de uma educação orientada pela justiça social.

Minha trajetória como docente é guiada pelo compromisso de ser um professor-agente que não apenas ensina conteúdos, mas intervém na realidade para promover uma educação libertadora e antirracista, em minhas atividades educativas, a fundamentação teórica sobre as questões étnico-raciais é o ponto de partida essencial para que os alunos compreendam que a história do Brasil foi construída pela cultura negra e indígena, rompendo com a visão eurocêntrica dominante, utilizo como base as categorias das Africanidades Brasileiras, Ancestralidade, Historicidade, Religiosidade, auto estima, subjetividade do negro, Oralidade, Comunitarismo, Força Vital e Corporeidade, para transformar a sala de aula em um espaço de reconhecimento e valorização da identidade afrodescendente.

O processo formativo procura levar o estudante negro a compreender que sua história não se inicia no período da escravidão, mas está enraizada em uma ancestralidade antiga que muitas vezes foi apagada ou silenciada ao longo da história. A partir do trabalho com conceitos como racismo estrutural e representatividade, observa-se que os alunos começam a construir uma imagem mais positiva de si mesmos, o que contribui para o fortalecimento da autoestima e para a ampliação de seus projetos de vida.

Esse movimento formativo possibilita o desenvolvimento de uma consciência racial mais crítica, permitindo que o jovem negro se reconheça como sujeito de sua própria trajetória, e não apenas como objeto de registros ou estatísticas. Nesse sentido, o

conhecimento passa a ter um papel central na construção de autonomia e na afirmação de identidades historicamente negadas.

Após essas formações, estímulo a expressão da subjetividade através da criação de poemas e do uso do Slam Poesia, uma manifestação artística que permite ao aluno verbalizar suas vivências e críticas sociais, a arte, nesse contexto, funciona como uma ferramenta de reexistência, onde o estudante utiliza seu repertório sociocultural para combater o silenciamento histórico, no projeto, a escrita poética é um exercício de liberdade que conecta o sentir individual ao fortalecimento do coletivo.

A etapa final do trabalho envolve a produção de vídeos e outros materiais audiovisuais, utilizando recursos tecnológicos já presentes no cotidiano dos jovens, especialmente o celular, como instrumento de aprendizagem. Nesse momento, os estudantes elaboram roteiros, selecionam imagens e realizam a edição de conteúdos que dialogam com suas produções poéticas, o que contribui para o desenvolvimento do chamado letramento racial digital.

Essa produção audiovisual ultrapassa o aspecto técnico, pois permite novas formas de expressão e comunicação, nas quais o estudante negro assume o protagonismo de sua voz e de sua imagem. A partir desse processo, a tecnologia passa a ser utilizada de maneira consciente e criativa, favorecendo a valorização da identidade e da ancestralidade no presente e fortalecendo o papel da escola como espaço de formação humana e transformação social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração da Inteligência Artificial no cenário educacional brasileiro marca o início da chamada Educação 5.0, uma fase que promete unir o altíssimo avanço tecnológico a valores profundamente humanistas, no entanto, essa promessa de democratização do conhecimento esbarra em uma realidade histórica de fraturas sociais e raciais, em um país onde a população negra foi sistematicamente mantida em lugares de subalternidade, a tecnologia não pode ser vista como uma ferramenta neutra, ela é um dispositivo de poder que, se adotado sem reflexão, corre o risco de automatizar e ampliar o racismo estrutural.

O fenômeno conhecido como racismo algorítmico demonstra que algoritmos não são apenas cálculos matemáticos isentos de falhas, mas sim opiniões e valores embutidos em códigos, como esses sistemas são treinados com bases de dados que já carregam os preconceitos da sociedade, eles acabam por aprender e reproduzir exclusões, isso se manifesta desde falhas em sistemas de reconhecimento facial até critérios de avaliação que prejudicam estudantes negros e pardos, o estágio mais crítico desse processo é a necroalgoritmização, onde a tecnologia é usada para desumanizar o indivíduo, reduzindo sua trajetória de vida a meros perfis de risco e dados estatísticos, aniquilando sua agência social sob uma máscara de eficiência técnica.

Diante desse cenário, surge a necessidade urgente do Letramento Racial Digital como uma ferramenta de resistência, não se trata apenas de ensinar a usar computadores, mas de capacitar estudantes e professores a lerem as dinâmicas de poder escondidas por trás das interfaces digitais, essa estratégia ganha força quando ancorada nos valores das Africanidades Brasileiras, ao resgatar conceitos como Ancestralidade, Oralidade e Comunitarismo, a

educação permite que o jovem negro compreenda que sua história não começa na escravidão, mas em uma trajetória milenar de conhecimento.

Na prática pedagógica, essa humanização ocorre quando o estudante deixa de ser um mero objeto de dados para se tornar autor de sua própria narrativa, atividades que envolvem a criação de poemas, o uso do Slam Poesia e a produção de conteúdos audiovisuais e vídeos transformam o celular em um recurso de libertação, ao projetar sua voz e sua imagem de forma protagonista, o aluno materializa sua identidade e utiliza a tecnologia para combater o silenciamento histórico, cumprindo o que determinam as leis de diretrizes educacionais sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira.

O futuro da Inteligência Artificial na educação depende da capacidade de construir uma integração que respeite a singularidade dos sujeitos e valorize a mediação humana essencial do educador, os algoritmos não possuem a sensibilidade necessária para acolher angústias ou estimular a criatividade singular, essa é uma tarefa humana, somente através de um compromisso ético e político com a justiça social será possível garantir que a revolução tecnológica não reescreva os códigos de exclusão do passado, mas que sirva como ponte para uma sociedade verdadeiramente plural, democrática e humanizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Júlio. **Necroalgoritmização: notas para definir o racismo algorítmico**. Campinas: Mercado de Letras, 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FÚNES FLORES, Denis Ramón. **Educação 5.0 e Direitos Humanos: a revolução da IA nas práticas educativas.** In: **Actas Completas e Resumos da 15ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica.** Porto: Editora Cravo, 2026. p. 304-310.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUIMARÃES JR, José Carlos et al. **Desafios Éticos e Pedagógicos da Inteligência Artificial na Educação.** *Interference Journal*, v. 11, n. 2, p. 976-992, jul. 2025.

LIMA, Taísa Moura de. **A Inteligência Artificial na Educação Inclusiva: Possibilidades e Desafios.** *Revista Aracê*, v. 7, n. 10, p. 1-11, 2025.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira. **Florestan Fernandes e os aspectos sócio-históricos de uma integração híbrida no Brasil.** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 21, n. 50, p. 182-209, jan./abr. 2019.

MARTINS, Bianca Maria Rêgo. **Aprender Projetando: práticas de design na educação básica.** Rio de Janeiro: Editora ESDI, 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Arte & Ensaios,** Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.

MEDEIROS, Christoffer Carvalho. **Projeto de letramento para uma educação antirracista**. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia**. São Paulo: Rua do Sabão, 2020.

SANTOS, Augusto Fagundes dos; SIQUELLI, Sônia Aparecida. **Uso da Inteligência Artificial para estudantes negros e pardos do ensino superior: a necropolítica, o racismo algorítmico e a exclusão como questão ética**. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, n. 75, e29796, out./dez. 2025.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

SOUZA, Vitória da Silva. **Africanidades brasileiras na produção de conteúdo educativo: um estudo sobre o programa Salto para o Futuro - TV Escola**. Dissertação (Mestrado em TV Digital) — Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2013.

SOUZA, Vitória da Silva. **Mapeamento das práticas pedagógicas étnico-raciais no contexto escolar: contribuições do Design na sistematização das ações docentes**. Dissertação (Mestrado em Design) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

XAVIER, Patricia Alves de Matos. **Africanidades brasileiras na produção de conteúdo educativo: um estudo sobre o programa Salto para o Futuro - TV Escola**. Dissertação (Mestrado em Televisão Digital) — Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2014.

¹ Universidad de Extremadura, Badajoz, España. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestrado em Ciências da Educação da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Graduado em História; Especialização em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena-Centro Universitário Internacional. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Universidad de Extremadura, Badajoz, España E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Formação em Pedagogia pela UNIFAP. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Graduação em História; Especialização: História Social e Cultural da Amazônia ;Atual: Mestrando no profHistoria – UNIFAP E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁷ Mestre em Planejamento e Políticas Públicas- UECE; Graduação: Licenciatura Plena em Pedagogia- UNIFAP. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁸ Graduada em letras português; Pós-graduação língua portuguesa e literatura. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁹ Licenciatura em pedagogia. E-mail : [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹⁰ Mestre em História Social pela UNIFAP : Professor e pesquisador; Graduado em Matemática; Formação em História; Especializações na área educacional e regional; Professor vinculado ao Governo do Estado do Amapá; Participação em pesquisas e grupos de estudo voltados à história e à educação na Amazônia. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹¹ Licenciada em Educação física e Pós graduação em gestão e docência do ensino superior. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹² Especialista em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura - UNINTER/Centro Universitário Internacional ; E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹³ Pedagoga Ensino Superior. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹⁴ Doutor em ciências da Educação; Doutorando em Políticas Públicas; Mestre em Educação. Mestre em Políticas Públicas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)